

JUAREZ TAVAREZ
Professor titular de Direito Penal na
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Professor Titular de Direito Penal e Direito Penal
Econômico nos cursos de doutorado e mestrado
em direito da Universidade Gama Filho.
Professor de Teoria Geral do delito no curso de mestrado
em Direito Penal da Universidade Cândido Mendes.
Procurador Regional da República.

TEORIA DO INJUSTO PENAL

Del Rey Editora

Belo Horizonte, 2000

CATALOGAÇÃO NA FONTE

T231

Tavarez, Juarez.

Teoria do injusto penal/Juarez Tavarez. - Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

336 p. 15,5 x 22,5cm.

ISBN 85-7308-331-X

1. Direito penal. 2. Injusto penal. I. Título.

CDD: 341.5

CDU: 343

SUMÁRIO

Primeira Parte - AS CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS	21
1 OS PARADIGMAS DA ESTABILIDADE	23
1.1 A estabilidade na teoria científica	23
1.2 A estabilidade nas ciências sociais	25
2 OS PARADIGMAS E AS LEIS NATURAIS	29
2.1 A idéia originária de leis naturais	29
2.2 O positivismo	31
2.3 O convencionalismo	33
2.4 A filosofia da evidência	36
2.5 O neopositivismo do Círculo de Viena	38
2.6 O modelo deontológico	41
3 OS PARADIGMAS DA LINGUAGEM	43
3.1 O sentido da linguagem	43
3.2 A solução hermenêutica	44
3.3 A lingüística estrutural	47
3.4 A retórica da discussão	48
3.5 O critério da aproximação lógica	50
3.6 O neo-racionalismo	54
4 OS PARADIGMAS PROCEDIMENTAIS	59
4.1 OS fundamentos iniciais	59
4.2 O funcionalismo	61
4.2.1 Os antecedentes organicistas	61
4.2.2 As teorias de sistemas	64
4.2.3 A teoria estrutural-funcional	66
4.2.4 A teoria funcional de Luhmann	68
4.2.5 Outros modelos funcionais	73
4.3 O neocontratualismo	75
4.4 As teorias do discurso	79
4.4.1 O critério de verdade	80
4.4.2 A utilidade do discurso	81
4.4.2.1 A norma perfeita	81
4.4.2.2 Os fundamentos do discurso ideal	83

4.4.3 Os fundamentos da decisão correta	84
4.4.4 Faticidade e validade	87
4.4.5 Procedimento e razão	89
5 A CRÍTICA DOS PARADIGMAS	93
5.1 O paradoxo do tempo	93
5.2 A reabilitação do sujeito	96
5.3 O ajuste da linguagem	102
5.4 A questão da estabilidade: Hume e Mackie	107
5.4.1 A causalidade	107
5.4.2 Injusto e universalidade	108
5.4.3 Injusto e dano	112
6 AS BASES DA REFORMULAÇÃO DO INJUSTO	115
6.1 A precisão terminológica	115
6.2 A unidade do injusto	116
6.3 A divisão do injusto	120
6.4 A integridade do injusto	122
6.5 O injusto danoso	124
Segunda Parte - A REVISÃO DOS FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS	127
1 A DELIMITAÇÃO DOUTRINÁRIA	129
1.1 Os pontos da. Revisão	129
1.2 Os pontos essenciais da evolução doutrinária	133
1.2.1 O conceito de tipo	133
1.2.1.1 A teoria causal	134
1.2.1.2 O neokantismo	137
1.2.1.3 O finalismo	139
1.2.1.4 A teoria social	144
1.2.1.5 O funcionalismo	145
1.2.1.6 Outros posicionamentos	147
1.2.2 O conceito de antijuridicidade	147
1.2.2.1 Antedecentes do conceito	148
1.2.2.2 A teoria causal	150
1.2.2.3 O neokantismo	150
1.2.2.4 O finalismo	152
1.2.2.5 O funcionalismo	154

2 AS FUNÇÕES DO INJUSTO	157
2.1 O sentido da norma penal	157
2.2 A relação tipo-antijuridicidade	159
2.3 As funções do tipo	168
2.4 As supostas modalidades de tipo	170
2.5 Outros posicionamentos	172
3 O CONTEÚDO DO INJUSTO	175
3.1 O tipo de injusto	175
3.1.1 A estrutura do tipo de injusto	175
3.1.1.1 O conceito de bem jurídico	176
3.1.1.2 A conduta típica	183
3.1.1.3 O objeto da ação e outras circunstâncias	184
3.1.1.4 As características do tipo	187
3.1.1.5 O resultado típico	191
3.1.1.6 Os delitos qualificados pelo resultado	193
3.1.1.7 As condições objetivas de punibilidade	199
3.1.2 O processo de imputação	205
3.1.2.1 A relação de causalidade	206
3.1.2.2 A amputação objetiva	222
3.1.3 O desvalor do ato e o desvalor do resultado	238
3.2 A antijuridicidade	247
3.2.1 Os métodos de identificação	248
3.2.2. Os elementos constitutivos	250
3.2.3 Os princípios informadores	257
4 OS EFEITOS DA CONCEPÇÃO DO INJUSTO	267
4.1 A imputação subjetiva	267
4.2 Dolo eventual e culpa consciente	272
4.2.1 As teorias intelectivas	272
4.2.2 As teorias volitivas	278
4.2.3 As fórmulas práticas	280
4.2.4 Os pontos cruciais da diferenciação	283
Bibliografia	291
Índice Remissivo	311